



ATA DA 9º REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MEIA PONTE

Às nove horas e trinta e um minutos do dia trinta e um de janeiro de dois mil e vinte, na no auditório da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás (FAEG), sito a Rua 87, Nº 662, Setor Sul, em Goiânia - Goiás, em segunda chamada com a presença dos membros e convidados, registrados conforme lista de presença em anexo, teve início a 9ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte em conjunto com a 6ª Reunião Extraordinária do CBH dos Rios Corumbá, Veríssimo e porção goiana do Rio São Marcos (CBH CVSM). Compuseram a mesa o senhor Ailton José Vilela (anfitrião, Vice Presidente institucional da FAEG), senhor Fábio Camargo Pereira (Presidente do CBH Meia Ponte), e o senhor Bruno Vicente Marques (Presidente do CBH CVSM). Verificou o quórum regimental do CBH Meia Ponte, registrou a presença de 32 membros, sendo 22 titulares, 03 suplentes no exercício da titularidade e 07 suplentes. E verificou o quórum regimental do CBH CVSM, registrou a presença de 29 membros, sendo 17 titulares, 04 suplentes no exercício da titularidade e 08 suplentes. **Item I. Abertura da sessão:** Realizada pelo senhor **Ailton José Vilela (FAEG)** disse ser uma grande satisfação receber os membros dos comitês na casa do produtor rural, em nome da diretoria do Sistema FAEG e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) através do presidente Deputado Federal José Mário Schneider, para discutir sobre a gestão do recursos hídricos, em seguida o senhor **Fábio Camargo (Presidente CBH Meia Ponte)** agradeceu aos presentes, explicou a ordem do dia, esclareceu, as apresentações dos diagnósticos das duas unidades de planejamento e gestão de recursos hídricos (UPGRH) ocorrerão em simultâneo para todos membros ouvirem sobre a área de abrangência do seu comitê. As perguntas, indagações e contribuições serão realizadas no período da tarde após o almoço. Falou que seja um estudo compatível com o que é esperado, e auxilie na gestão da política de recursos hídricos. Continuando o senhor **Bruno (Presidente CBH CVSM)**, pontuou que o diagnóstico a ser apresentado e posteriormente entregue é o segundo produto do plano de bacia, com atraso de recebimento superior a seis meses, justificado pelos importantes ajustes realizados nesse produto e para as etapas posteriores. **Item II. Ordem do dia. 1. Apresentação do Diagnóstico do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte; e 2. Apresentação do Diagnóstico do Plano da Bacia Hidrográfica dos Rios Corumbá, Veríssimo e porção goiana do Rio São Marcos pela Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal de Goiás – FUNAPE/UFG Empresa contratada para a elaboração dos planos de bacia.** o senhor **Klebber Teodomiro Martins Formiga (FUNAPE/UFG)** inicia esclarecendo que os atuais planos de bacia da margem goiana são uma continuidade detalhada e fazem parte do Plano de Bacia do Rio Paranaíba em estágio já aprovado. As etapas contidas na atualização do termo de referência são: bases metodológicas (apresentado), diagnóstico, prognóstico, atualização do plano de ações, proposta de enquadramento, consolidação do plano, manual operativo e resumo municipais. Relata o histórico de planos no Brasil, os primeiros na década de setenta em áreas de forte conflito pelo uso da água nas principais regiões do país, constituídos por longos diagnósticos, com detalhamento de grandes investimentos finais em áreas diversas, como obras em infraestrutura hídrica, saneamento, aproveitamentos hidráulicos, exigindo que o plano fosse implementado em áreas que os órgãos gestores de recursos hídricos não possuem atribuições de trabalho, causando grande engessamento na execução das diretrizes, ficando o plano realizado muito abaixo do que se tinha planejado. As estruturas metodológicas atuais estão focadas no cumprimento das diretrizes, para melhorar a eficiência na aplicação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos. Dessa forma, a estrutura para entrega dos produtos do atual plano de bacia foi alterada do Termo de Referência, e acrescentando as propostas para o enquadramento, consolidação dos Planos de Ações de recursos hídricos do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba e Manual Operativo. Apresentou a equipe presente: Karla Emmanuela Ribeiro Hora (Sócio economia), Nilson Clementino Ferreira (Caracterização física), Kamila Almeida dos Santos, Jussanã Milograna, Luíza Virgínia Duarte, relatando que é composta por mais de 50 pessoas. A apresentação do dia está assim organizada: 1. Sócio

54 Economia (pela professora Karla), 2. Caracterização do Meio Físico (Professor Nilson) 3.
55 Hidrogeologia, 4. Qualidade das Águas e 5. Hidrologia e Recursos Hídricos (Professor
56 Klebber). O término das apresentações dos diagnósticos foi registrado às doze horas e quinze
57 minutos, com pausa para o almoço, retorno e início da fase de perguntas, questionamentos,
58 contribuições registradas às quatorze horas e treze minutos. **O representante do Instituto**
59 **Altair Sales (Sociedade Civil CBH Meia Ponte)** argumenta sobre a vegetação e uso do solo
60 da Bacia do Rio Meia Ponte, onde a vegetação natural desapareceu, substituída em altos
61 índices (citando os dados da apresentação) Pergunta: as áreas de recarga ficam
62 comprometidas com a substituição e em período de seca as vazões de base mantidas pelos
63 aquíferos, ficam prejudicadas? Existe uma relação entre substituição da vegetação e
64 diminuição nos períodos de seca da vazão de base? **Klebber Formiga (FUNAPE/UFG)**
65 responde que o rio possui um longo processo de formação, a ocupação e as transformações
66 em áreas urbanas, ocasionam rápidas e visíveis alterações, aumentando em muito as vazões
67 imediatas, pela perda de infiltração, caindo na calha do rio que pela longa formação foi
68 dimensionada para as vazões anteriores e agora adapta para as novas vazões cavando as
69 margens, agravando a erosão nos centros urbanos. Confirma que sim, se há alteração da
70 cobertura de solo, substituição da vegetação natural por pastagens ou agricultura, se não
71 houver o manejo adequado das práticas conservacionistas para o solo, tende a aumentar o
72 escoamento superficial e em consequência diminuir o escoamento subterrâneo, com
73 diminuição das águas no período seco. Enfatizando que nos meses de seca, julho, agosto,
74 setembro, outubro as vazões que ocorrem nos rios são mantidas pelo escoamento do freático e
75 do aquífero. Em ações de proteção de áreas para ocorrer maior infiltração da água no solo,
76 como os programas produtores de água, não é conhecido o quanto essas ações aumentam a
77 quantidade de água nos aquíferos e reservas subterrâneas, necessário que o monitoramento
78 quantifique esse aumento da infiltração, visto que não ocorre melhoria imediata em períodos
79 curtos, de um ou dois anos, necessário a construção de séries históricas para comparar áreas
80 de preservação, áreas sem preservação. Esclarece também que o início dos monitoramentos
81 pelas estações fluviométricas acontecerem após a ocupação do território, maioria na década de
82 setenta, ainda não possuindo uma “fotografia” pré-ocupação, então todas as vazões
83 disponíveis já sofreram alterações, não possuindo informações para afirmar se as vazões
84 foram afetadas. Cita um exemplo no estado do Paraná, possui registros da década de trinta e
85 após a ocupação e perda da grande área de vegetação natural após a década de setenta
86 notou-se o aumento das vazões médias na Usina Hidrelétrica de Itaipu localizada no Rio
87 Paraná, enfatizando que naquela situação ocorreu o aumento das vazões médias, portanto as
88 vazões mínimas, de base, diminuíram. Citando também o exemplo das bacias da grande
89 Goiânia que possuem as maiores vazões médias do estado de Goiás, grande
90 impermeabilização, altas vazões, contudo no período de seca resultante da sazonalidade e dos
91 consumos subterrâneos o balanço das vazões são negativas. A próxima pergunta foi realizada
92 pelo senhor **Ivan Bispo (Sociedade Civil CBH CVSM)** da Associação Amigos das Águas na
93 bacia do CVSM, cita o Manual de Usos Consuntivos da Água no Brasil publicada em dois mil e
94 dezenove pela Agência Nacional de Águas (ANA) a evaporação dos reservatórios de geração
95 de energia hidrelétrica está classificada como uso consuntivo possuindo valores significativos,
96 possuindo valores menores somente do que a finalidade de uso para irrigação. Pergunta se
97 essa evaporação foi contabilizada no balanço hídrico. A bacia do Rio Corumbá possui três
98 usinas hidrelétricas, o reservatório de Corumbá IV de geração de energia, é estratégico e de
99 fundamental importância para o CBH CVSM, possuirá uso para o consumo humano e recebe
100 através do escoamento dos mananciais afluentes o esgoto de Brasília e das cidades goianas
101 do entorno. Pergunta como está a qualidade da água no reservatório de Corumbá IV e
102 aproveitando indaga como está a situação do reservatório da Usina de Rochedo no Rio Meia
103 Ponte. **Klebber Formiga (FUNAPE/UFG)** responde primeiramente sobre a evaporação dos
104 reservatórios. Classificando o tema como polêmico, na Região Centro-Oeste brasileira esse
105 problema é menor, onde balanço hídrico do reservatório tende a ser positivo ao contrário dos
106 grandes reservatório da região nordeste brasileira. Os reservatórios possuem forte tendência

107 de eutrofização principalmente a jusante dos núcleos urbanos, lago da Usina de Rochedo
108 possui alta eutrofização. Nos reservatórios do rio Corumbá que possuem grandes volumes, e
109 em Brasília que possuem tratamento terciário com a retirada até de nutrientes, esse problema é
110 menor. Dizendo que tendem no futuro ocorrer a eutrofização, sendo a melhor medida imediata
111 realizar o monitoramento. Para a geração de energia o problema é menor, para o
112 abastecimento urbano ocorre o risco de produção de cianobactérias, que produzem toxinas.
113 Declarando que o problema existe e a medida a ser tomada, é o monitoramento e prevenção.
114 O senhor **Fábio Floriano Haesbaert (Usuários CBH CVSM)** inicia falando que em relação a
115 definição da disponibilidade hídrica subterrânea foi utilizada uma metodologia no estado de São
116 Paulo, mas não é mostrado maiores esclarecimentos como cálculos, tabelas. É citado na
117 bibliografia do plano um trabalho do ano de dois mil e seis (Hidrogeologia do Estado de Goiás),
118 uma abordagem bem detalhada, com cálculo e a geologia da região, separada por tipo
119 geológicos e análise de cada parâmetro. Questiona por que a contratada não usou a
120 metodologia. O segundo questionamento, consta no plano a caracterização de rochas
121 sedimentares na bacia CVSM, Fábio afirma preocupação, a bacia não possui rochas
122 sedimentares. Na região de Buriti Alegre no sudoeste da bacia possui uma pequena porção
123 recoberta por rochas de basalto, a parte sedimentada na bacia é produto de alterações das
124 rochas metamórficas que causaria o aquífero freático superior, inserido na metodologia do
125 trabalho Hidrogeologia de Goiás; e a parte subterrânea do Corumbá é basicamente é composta
126 por fraturamentos. **Klebber Formiga (FUNAPE/UFG)** sobre o primeiro ponto responde que a
127 metodologia para o atual plano é a mesma utilizada do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do
128 Rio Paranaíba (PRH-Paranaíba) de dois mil e treze, o estudo citado de dois mil e seis
129 (incerteza título) consiste em estimar a quantidade de água que infiltra no solo de determinado
130 tipo, estimando o valor da disponibilidade hídrica subterrânea entre oito e doze por cento da
131 precipitação. Complementa contraponto que as mesmas metodologias utilizadas no PRH-
132 Paranaíba e em vários planos diretores municipais é a mesma utilizada nesse plano, que a
133 disponibilidade hídrica subterrânea direta vem do aquífero freático, sendo quantificada não pela
134 quantidade que chove e sim pela quantidade de escoamento na bacia, quantificado conforme
135 descrito no estudo de São Paulo, fazendo a separação de hidrogramas disponibilizado
136 principalmente pelas séries históricas das estações fluviométricas, formadas pelas subidas e
137 descidas visualizadas no “gráfico” (explicada na apresentação), quantificando o escoamento de
138 base, separando os escoamentos do hidrograma, fazendo somente conferência interna.
139 Esclarecendo o segundo ponto sobre rochas sedimentares afirma que as informações são da
140 base de dados do Instituto Mauro Borges (IMB) em escala 1:500.000, e se a informação está
141 errada a correção deve ser realizada na base de dados original. Em seguida rapidamente o
142 senhor **Fábio Haesbaert** afirma que tem equívoco na informação e deve ser feita a verificação,
143 recomenda o estudo citado anteriormente da Secretaria de Indústria e Comércio.
144 Superintendência de Geologia e Mineração. Hidrogeologia do Estado de Goiás. Por Leonardo
145 de Almeida, Leonardo Resende, Antônio Passos Rodrigues, José Eloi Guimarães Campos.
146 2006, para consulta, e novamente que seja adotado parte da metodologia do estudo
147 referenciado, afirmando “que pior que seja é o melhor que temos”, ele separa os sistemas
148 aquíferos, calculando a disponibilidade de acordo com cada tipo geológico, levando em
149 consideração área, infiltração e o tipo de fraturamento. O senhor **Klebber** faz sugestão em
150 adotar as duas metodologias, mantendo a sequência do Plano do Paranaíba e inserindo as
151 características aqui recomendadas, fazendo uma complementação. O senhor **João Ricardo**
152 **Raiser (Poder Público Estadual)**, aponta nos mapas apresentados no plano a região da bacia
153 do Alto Corumbá, área do Distrito Federal sempre fica em aberto, complementa o
154 questionamento do senhor Ivan Bispo, entendendo que trata-se de outra unidade da federação
155 com domínio sobre seus mananciais, o estado de Goiás sofre pressão dos usos de
156 saneamento, captação ao abastecimento público e diluição de efluentes. De alguma forma
157 esses impactos recebidos por Goiás dos lançamentos de efluentes foi considerado nos estudos
158 do diagnóstico? **Klebber Formiga (FUNAPE/UFG)** responde que sim as cargas entram na
159 quantificação do balanço e no sistema, principalmente os lançamentos realizados no Rio São

160 Bartolomeu e Rio Descoberto que deságuam no Rio Corumbá; os consumos também são
161 contabilizados. Nesse mesmo período os planos de bacia do Distrito Federal estão sendo
162 realizados com abrangências que ultrapassam as divisas do Distrito Federal, alcançando o
163 entorno ocorrendo até mesmo uma sobreposição com área de Goiás. No próximo
164 questionamento o senhor **André Lunardelli (Usuários CBH Meia Ponte) da Santa Branca**
165 **Ecoturismo do CBH Meia Ponte**, se o diagnóstico não poderia conter comentários para
166 problemas de escassez resultantes em cachoeiras e usos não consuntivos em pequenos de
167 córregos. Coloca que houve revisão do plano de manejo da Área de Proteção Ambiental - APA
168 João Leite, fazendo exigência de fossa sumidouro na área urbana de Terezópolis de Goiás,
169 questiona qual ação é a mais recomendada de tratamento de esgoto. **Klebber Formiga**
170 **(FUNAPE/UFG)** responde que o primeiro questionamento está associado ao plano de ações,
171 criação de regras de usos ou resolução de conflito, e sobre questões de uso insignificante e
172 não outorgável com possibilidade de alteração das regras por parte dos comitês de bacia será
173 recomendada no plano. E que o plano não fará recomendações e exigências específicas para
174 qual é o sistema de tratamento de esgoto adequado aos municípios, por não ser escopo do
175 plano e da gestão de recursos hídricos. O senhor **Marcos Francisco Cabral (Usuários CBH**
176 **Meia Ponte)**, recomenda que os próximos produtos sejam bem trabalhados, utilizando as
177 contribuições feitas à contratada nessa reunião. Pergunta, até que ponto os percentuais de
178 crescimento da população urbana anual seguem pressionando os grandes centros urbanos de
179 Goiás, frente ao percentual de êxodo rural, como essa relação atinge a oferta de água? E a
180 outra questão trata-se do tema turismo, as referências bibliográficas utilizadas foram em
181 pequena quantidade, informações limitadas de atividades de turísticas, esporte, beleza cênica,
182 relacionando com outras demandas prejudicando as tomadas de decisão nos casos
183 conflitantes. Questiona se as regras de autorização para empreendimentos, principalmente os
184 aproveitamentos hidrelétricos, nas áreas ou trechos de lagos, reservatórios e rios a
185 manutenção de vazões mínimas, ambientais, remanescentes a usos que não são outorgados
186 como canoagem, rafting, beleza cênica, ambientais, pesca e outros, no diagnóstico, serão
187 mantidas as mesmas de 30 a 50% da vazão de referência, terão valores apontados ou
188 somente serão descritas em recomendações, tendo em vista que é identificado problemas na
189 solicitação e implantação destes aproveitamentos ficando alguns levantamentos e estudos
190 incompletos, postergando as decisões chegando ao ponto de suprimir a atividades mais
191 frágeis. **Klebber Formiga (FUNAPE/UFG)** responde que visualizando os gráficos do
192 diagnóstico sócio econômico não há mais alterações entre aumento de população urbana e
193 diminuição da população rural, caminhando para estagnação; com tendência para crescimento
194 populacional urbano um pouco maior que a população rural. Opina que, na autorização de
195 empreendimentos conflitantes com atividades recreacionais, turismo, lazer, paisagística, beleza
196 cênica e outros, a primeira informação que deve prover a tomada de decisão é o cadastro de
197 usuários de recursos hídricos que incorpora-se os usos específicos não passíveis de
198 autorização para disponibilizar as informações dessa tipologia de uso, para entrar no sistema e
199 tornar-se visível, e ter a possibilidade de posteriormente ser outorgado, colocou que deve-se
200 cobrar do órgão gestor (SEMAD) para realizar o cadastro de usuários de recursos hídricos. O
201 senhor **Bruno Marques (Presidente CBH CVSM)** representante da Irrigo e coordenador do
202 Grupo de Trabalho do Plano - GT-Plano, Pontuou: a região da UPGRH Corumbá é
203 predominantemente agrícola, portanto, os demais usos de destaque estão presentes. Sugere
204 que seja feito o refino dos valores (melhorar escalonamentos) da legenda do mapa de
205 susceptibilidade erosiva e os pesos (valores) de Pressão Total no Diagnóstico integrado,
206 aumentando o peso para esta variável. O processo erosivo é reconhecido como maior vetor de
207 poluição e impactos ambientais negativos, logo o mapa vem nortear a aplicação dos programas
208 e projetos em conservação de solo. Questiona como está o diálogo com a equipe do Distrito
209 Federal (equipe gestora e contratada) que também está realizando o plano de bacia, as
210 influências das regiões estão sobrepostas, e os dados complementam-se, as bacias
211 hidrográficas do DF entram em Goiás nas regiões com importantes municípios. Como ficam os
212 dados do censo demográfico de 2020 com o diagnóstico já consolidado? Com o atraso do

213 Diagnóstico como está sendo trabalhado o prognóstico (de acordo com o cronograma inicial já
214 era para ter sido entregue), se a contratada já está trabalhando no prognóstico e se tem
215 previsão de entrega para ganho de tempo? **Klebber Formiga (FUNAPE/UFG)** primeiro
216 confirma que adequará os pesos e mapas de susceptibilidade erosiva. Em seguida responde
217 que a intenção de refinamento com a equipe do Distrito Federal será no momento do produto
218 do Plano de ações. Sobre o censo demográfico 2020, neste ano haverá a grande coleta de
219 informações e a entrega dos dados nos próximos anos, não constará neste plano de bacia.
220 Responde que os levantamentos dos prognósticos já foram iniciados e está andando
221 adequadamente, e afirma que se não houver imprevistos a meta de consolidação do Plano
222 será até o final do ano de 2020, com previsão de entrega dos próximos produtos a cada dois
223 meses. O senhor **José Geraldo Nogueira de Oliveira (Usuários Meia Ponte)** representante
224 da SANEAGO - Saneamento de Goiás. Questiona se a vazão de permanência de 95%
225 atualmente é menor do que a demonstrada no estudo com início de registro nos anos 70, para
226 o rio Meia Ponte. **Klebber Formiga (FUNAPE/UFG)** responde ser necessário a construção de
227 séries de vazões naturais, a fim de verificar a influência dos diversos consumos existentes que
228 não são medidos sobre as vazões naturais, tendo em vista que todas as medições sofrem
229 essas influências das retiradas que não são monitoradas. Podendo ser recomendadas pelo
230 plano de bacia. O senhor **Marcos Antônio Correntino da Cunha (ex-presidente CBH Meia
231 Ponte)** representante da Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH, pergunta se a
232 contratada identificou para o diagnóstico quais são os municípios que necessariamente terão
233 que constituir reservatórios para armazenar água. Se levaram em consideração as
234 deliberações existentes dos comitês. **Klebber Formiga (FUNAPE/UFG)** responde que as
235 decisões de infraestrutura não farão parte do escopo desse plano de bacia, visto que muitas
236 proposições resulta em pequena implementação das recomendações e em eixos fora da
237 atuação do órgão gestor de recursos hídricos, portanto está sendo pensado que essas
238 indicações de problema de atendimento de determinado município possa constar nos resumos
239 municipais, o produto do plano. Referindo-se as deliberações, deverão ser utilizadas para
240 proposição das ações, como exemplo uma proposição permanente para o alto Meia Ponte
241 sobre uma análise de seca. O senhor **Fernando de Faria Vilela (Usuários CVSM CBH)**
242 representante da Votener, comenta que o setor elétrico realizou estudos na porção média da
243 bacia do Rio Corumbá e sentiu falta no diagnóstico, sendo protocolado na SEMAD a Avaliação
244 Ambiental Integrada (AAI) nos trechos dos Rios São Bartolomeu, do Peixe, Piracanjuba e
245 trecho médio do Corumbá sendo detalhadas diferentes cenários para quarenta e uma
246 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), subsídio para o prognóstico, consolidação de estudo
247 hidrológico para a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDHs) para dezessete
248 empreendimentos e treze Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental
249 (EIA/RIMA) com diagnóstico completo da região, com mais de trinta pontos de coleta aferindo a
250 qualidade da água e muitas informações importantes, sugere a consulta para o diagnóstico e
251 prognóstico a coleta das informações na SEMAD. **Klebber Formiga (FUNAPE/UFG)** responde
252 que não possuem acesso aos EIA/RIMAs e DRDHs e os focos dos estudos de EIA/RIMAs e
253 dos Estudos de Integrado de Bacia Hidrográfica - EIBHs são mais para subsídio de
254 licenciamento ambiental do que para a gestão de recursos hídricos, exemplificando o EIBH do
255 Meia Ponte não possuía usos sem o balanço hídrico. O senhor **Antônio Borges (Usuários
256 CBH Meia Ponte)** complementa, o EIBH possui maior foco para o licenciamento ambiental,
257 afirma que o EIBH do Rio Corumbá é muito antigo destacando que o estudo citado pelo
258 Fernando Vilela trata-se da AAI. E as DRDHs possuem estudos com previsão de crescimento
259 dos usos consuntivos no período da concessão de trinta anos de cada um dos
260 empreendimentos das bacias do Meia Ponte e Corumbá. **Klebber Formiga (FUNAPE/UFG)**
261 responde que as metodologias de consumo aplicáveis para o plano foram seguidas, os estudos
262 possuem dados de usos consuntivos conforme escopo da ANA que disponibiliza dados para
263 pequenas sub-bacias, com base comum para os estados da bacia do Rio Paranaíba,
264 permitindo um bom balanço hídrico. Com a possibilidade de recomendação de outorga sazonal
265 os dados de disponibilidade hídrica tiveram produção da contratada. O senhor **Marcos**

266 **Francisco Cabral (Usuários CBH Meia Ponte)**, faz uma contribuição afirmando que o EIBH
267 não é um instrumento de gestão das políticas, apontando a AAI do trecho médio da bacia do rio
268 Corumbá possui boas avaliações sobre a ictiofauna, podendo ser aproveitado nesse tema de
269 usos preponderantes na bacia do Rio Corumbá. **Klebber Formiga (FUNAPE/UFG)** questiona
270 onde está o estudo de AAI, recebendo a resposta de imediato que são ferramentas para
271 análise do licenciamento ambiental ficando o senhor Fernando Vilela de repassar os números
272 dos processos para os técnicos da SEMAD presentes e posterior repasse para a contratada. O
273 senhor **Rui Ramos Lopes (Usuários CBH CVSM)**, faz comentário sobre o desmatamento nas
274 bacias hidrográficas prejudicando a infiltração e retenção de água nos solos. Sugere a adoção
275 de medidas para conservação de solo com a finalidade de retenção de água. **Klebber Formiga**
276 **(FUNAPE/UFG)** responde que o manejo para aumentar a infiltração pode entrar nas
277 recomendações no plano de ações, pensando como o órgão gestor (SEMAD) pode
278 implementar a referida ação. **Encerramento**. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi
279 encerrada às dezesseis horas e doze minutos. Eu Fabricio de Campos Aires Silva -
280 GEIG/SEMAD, lavrei essa ata que segue assinada pelo presidente e a Secretária-Executiva
281 CBH Meia Ponte. O áudio com o inteiro teor da reunião encontra-se arquivado com a
282 Secretaria-Executiva do Comitê e pode ser disponibilizado aos interessados.
283
284
285
286



FÁBIO CAMARGO PEREIRA
Presidente CBH Meia Ponte



JORDANA GABRIEL SARA GIRARDELLO
Secretaria Executiva

287
288
289
290
291
292

293
294
295
296
297
298